

# Economia vai ter prefixação informal

*Ornamentado*

10 MAR 1992

□ Empresas devem seguir reajuste de tarifa pública pela inflação futura

**Helival Rios**

**Prefixação informal.** Esta é a nova diretriz da política econômica do Governo, que será praticada de agora em diante, como parte de uma nova estratégia para acelerar a queda da inflação. A nova política, segundo explicaram ontem assessores do ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, Fazenda e Planejamento (foto), ao Jornal de Brasília, ao contrário da prefixação formal, não implica em nenhuma modalidade de congelamento de preços, sendo, ao contrário, plenamente compatível com uma política de mercado e de preços livres.

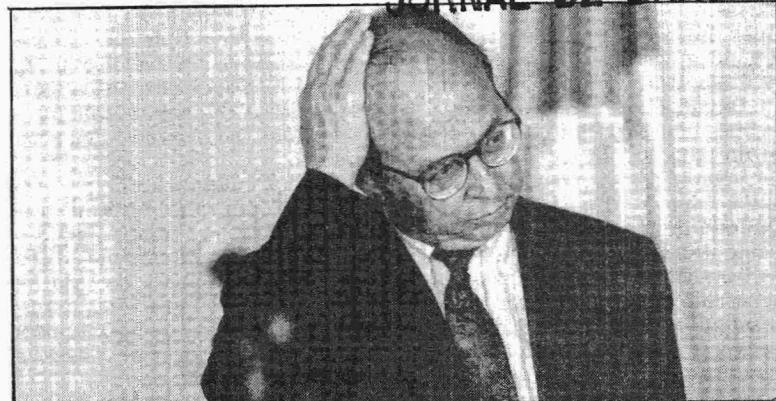
A prefixação informal funciona a partir de uma sinalização emitida pelo Governo, ao reajustar as tarifas e os preços de todos os seus serviços e produtos. Trata-se de uma prefixação, de fato, porque o Governo promove estes reajustes, não mais com base na inflação do mês que passou, mas sim com base nas suas expectativas da inflação futura.

Assim, para o mês de março, o Governo já trabalha com uma taxa de inflação de 21,2%, índice que vai servir para balizar todos os reajustes das tarifas e dos preços do setor público. Para o mês de abril, o Governo pretende trabalhar com uma inflação em torno de 18%, índice que ainda vai ser prefixado pelo ministro Marcílio Marques Moreira.

Dé acordo com esta nova política de prefixação informal, o Governo apenas sinaliza o que considera um índice factível para a inflação do mês seguinte. E usa como garantia dessa sua expectativa as tarifas e os preços do setor público, pondo em jogo a lucratividade e a capitalização, portanto, das empresas estatais. Esse procedimento em nada interfere com o mercado.

O segundo ponto dessa estratégia é o que diz respeito ao setor privado. Depois de dar o exemplo e de bancar os seus próprios prognósticos, fazendo com que as tarifas e os preços do setor público sigam as suas próprias expectativas de uma inflação cadente, o Governo irá convocando os diversos setores empresariais, de modo a convencê-los a também seguir a prefixação informal.

Essa tarefa será coordenada pela secretaria nacional de Eco-



nomia, Dorothea Werneck, a quem cabe mostrar que o setor que não aderir à prefixação informal ou à inflação cadente, somente tem a perder.

Os prognósticos no Ministério da Economia são de uma adesão expressiva dos mais importantes setores da área privada. Os outros, seguirão o exemplo dos setores mais importantes.

## Pacto

A solução encontrada pelo Governo para induzir a economia inteira para uma prefixação informal, balizando seus reajustes numa inflação sempre cadente, segundo explicações concedidas ontem ao Jornal de Brasília por assessores do ministro Marcílio, leva grande vantagem sobre uma prefixação formal, seja ela feita através de decreto ou mesmo através de um pacto.

Se fosse baixada formalmente por decreto, a prefixação correria o risco de não ser seguida por uma gama enorme de setores, podendo, ainda, cair na armadilha do desabastecimento.

Nesse sentido, ela passaria a funcionar como se fosse um congelamento de preços, o que traria um revés considerável para a política de instauração de um regime de mercado e para a abertura econômica que o Governo quer consolidar.

Traria, ainda, riscos psicológicos adversos, pois passaria para a opinião pública a imagem de que o Governo apelou novamente para um congelamento ou um choque, contrariando todo o discurso oficial contra soluções desse tipo.

Já uma prefixação formal, mas feita na forma de um pacto

social, correria o risco de nunca ser implantada, tamanho é o ceticismo de todos os agentes econômicos sobre as reais possibilidades de realização de um pacto com êxito, em vista dos fracassos das várias tentativas anteriores.

A formalização de um pacto esbarraria, ainda, nas dificuldades do seu cumprimento, pois nenhuma entidade é tão representativa ao ponto de garantir que as milhares de empresas de um determinado setor cumpram o que foi acordado em Brasília, nos gabinetes, pelos representantes classistas.

Todas as essas considerações levaram o Governo a partir para a prefixação informal, sinalizada para os setores que quiserem, espontaneamente, sem nenhuma violência às leis de mercado.

Ao mesmo tempo estarão juntamente com os acordos informais para que o exemplo governamental seja seguido (de adoção da inflação declinante como parâmetro de reajuste), sendo desenfreadas operações firmes contra os oligopólios, de onde poderão surgir as maiores resistências à prefixação informal.

Em entrevista concedida ontem a jornalistas na porta do Ministério da Economia, onde foi avistado com o ministro Marcílio para discutir o esquema de investimentos da Petrobrás, o ministro João Santana, da Infra-Estrutura, enfatizou que o esquema de prefixação das tarifas do setor público já é uma realidade, pois já está sendo praticado no seu ministério, que concentra as maiores estatais — dos setores de combustíveis (Petrobrás), energia elétrica (Eletrobrás), correios (ECT), telefonia (Telebrás) etc.